"MALANDRO SE NA MINHA CARA DER…": UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS DISCURSOS DOS PONTOS DE MALANDRAS E POMBA-GIRAS

Data de submissão: 11/12/2025 *Data de aceite: 05/02/2025*

Paulo Henrique Prado da Silva
http://lattes.cnpq.br/0845615293202557

Natália Rodrigues Codeço Ribeiro

Sibele Souza Rodrigues
http://lattes.cnpq.br/5345703711804428

RESUMO: Este artigo investiga os pontos cantados nos rituais das comunidades de Umbandas, focando nas entidades femininas como Pomba-Giras e Malandras. Utilizando a Análise de Discurso, o estudo analisa cantigas que revelam violências de gênero sofridas por essas entidades, como feminicídio, abuso sexual e entre outras formas de violência. Esses pontos cantados durante as giras não apenas rompem com o silêncio sobre tais temas, mas também proporcionam um espaço seguro para discussão e reflexão crítica. Além de denunciarem as violências, os rituais servem como plataforma para desafiar normas patriarcais e reconhecer as múltiplas identidades das mulheridades marginalizadas, evidenciando a resistência e a agência dessas entidades dentro do contexto religioso umbandista.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero; Pontos de Umbandas: Mulheridades; Gênero;

"MALANDRO SE NA MINHA CARA DER...": AN ANALYSIS OF THE PRESENCE OF GENDER VIOLENCE IN THE DISCOURSES OF THE MALANDRAS AND POMBA-GIRAS

ABSTRACT: This article investigates the points sung in the rituals of Umbanda communities, focusing on female entities such as Pomba-Giras and Malandras. Using Discourse Analysis, the study analyzes songs that reveal gender violence suffered by these entities, such as femicide, sexual abuse and others. These points sung during the giras not only break the silence on such issues, but also provide a safe space for discussion and critical reflection. As well as denouncing violence, the rituals serve as a platform for challenging patriarchal norms and recognizing the multiple identities of marginalized women, highlighting the resistance and agency of these entities within the Umbanda religious context.

KEYWORDS: Gender violence; Umbanda points; Womanhood; Gender;

INTRODUÇÃO

As teorias feministas, ao longo das décadas, vêm investigando o lugar ocupado pelas mulheridades[1] no mundo. Essas produções expõem as dinâmicas de violência e subalternização que afetam esses corpos em diversas sociedades e culturas. Foi a partir desses trabalhos que as categorias mulher, gênero e sexualidade começaram a ser questionadas. Pensadoras como Scott (1989), que investigou a construção social de gênero; Butler (2003), desenvolvedora da teoria da performatividade de gênero; Collins (2021), que destaca a importância da interseccionalidade entre classe, raça e gênero; e Brah (2006), ao discutir a diferença como categoria analítica, são algumas que contribuíram para o debate acerca dessa temática.

Quando nos aproximamos dos trabalhos dessas feministas, é possível observar que algumas se apoiavam nos ideais parsonianos para elaborar seu raciocínio. Nesse sentido, utilizavam dos argumentos da teoria do conflito para construírem suas análises. Outras já retomam as posições etnometodológicas, pós-estruturalistas e habermasianas para elaborarem suas teorias. Cabe ressaltar que essa última vertente é a mais influente nos debates feministas na atualidade, e que a presença da psicanálise nessas discussões será inequívoca (Hans, 2017).

Além das academias e dos movimentos sociais, a discussão das dinâmicas de subalternização das mulheridades também ocorre em outros espaços, como nas Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs). Nesses locais, é possível observar essas discussões sendo evocadas durante os seus rituais, oferecendo outras perspectivas acerca das experiências femininas. Construindo saberes a partir da própria experiência e da sua religiosidade e ecoando modos de resistência à violência contra os corpos não masculinos.

Considerando tal aspecto, optamos por lançar nosso olhar para outros locais que também produzem e discutem sobre a violência e subalternização das mulheridades. Já que são espaços que utilizam outros modos para evocar a dinâmica e a realidade desses corpos. A exemplo das Comunidade Tradicionais de Terreiros, que em suas giras/rituais convoca essa discussão ao cantar os pontos[2] para as entidades a qual cultuam, como o que segue abaixo cantado para Maria Navalha.

1 Utilizaremos mulheridades como forma de demarcar a pluralidade de ser mulher, abrangendo as diferentes expressões, vivências e identidades que atravessam os corpos femininos. Nesse sentido, caminharemos na contramão da concepção universal acerca das experiências dessas indivíduas, demarcando os marcadores de identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico, econômico e social que atravessam sua constituição. Um modo de demarcar uma perspectiva interseccional ao abordamos as experiências das diversas mulheridades existentes em nossa sociedade (Nascimento, 2021).

2 Músicas/orações cantadas durante o ritual para invocar alguma entidade.

Malandro se na minha cara dá
Tem que fazer testamento
E deixa tudo pra mulher. (2x)
Se tiver filho,
vai deixar recordação,
Cara que mamãe beijou
Vagabundo nenhum põe a mão. (2x)
(MARIA, 2020)

Por tudo isso, utilizamos a Análise de Discurso como método investigativo de cinco pontos cantados em alguns terreiros de Umbandas para entidades nomeadas como Pomba-Giras e Malandras, buscando demonstrar que nessas melodias/orações há um rompimento com o silenciamento sobre os atravessamentos exercidos pela violência de gênero nesses corpos. Além disso, destacamos que nesses espaços, há influência das relações sociais marcadas pela diversidade, já que grande parte das almas/memórias cultuadas nas Umbandas são de pessoas marginalizadas, racializadas e coisificadas pela colonialidade.

Assim, este artigo almeja entrar em contato com discursos não acadêmicos sobre a violência de gênero exercida pela dominação masculina. Buscando ampliar o entendimento sobre a subalternização e resistência de mulheridades em contextos não hegemônicos.

"ARREDA, HOMEM, QUE AÍ VEM MULHER…"

As comunidades umbandistas emergem do encontro entre diversas religiosidades presentes no Brasil. Consequentemente, seus rituais acabam sendo um entrelaçamento dessas diversas práticas religiosas. Algumas dessas influências partem das tradições cosmológicas dos povos do tronco linguístico banto e os indígenas. Seus saberes relacionados à utilização da fauna e da flora para processos de cura física e espiritual irão alimentar os rituais dos terreiros de Umbanda. Exemplos disso são os Acotundá/Dança de Tunda e os Calundus, tradições religiosas banto, que teve um papel fundamental para a criação dos rituais umbandistas. Suas perspectivas foram fundamentais para a construção do que se entenderia mais tarde como Umbandas (SIMAS, 2022).

Além dessas influências, os povos bantos e indígenas contribuíram para o estabelecimento do culto aos ancestrais nas Umbandas. As giras[3] nos terreiros são estruturadas de forma a invocar e, assim, incorporar essas ancestrais, para auxiliar em suas vivências nos diversos planos (espiritual, material, saúde, amor, etc). Essa relação ancestral não está baseada apenas em laços consanguíneos. Há aquelas que devido a sua importância e potência na sua existência carnal, continuam sendo celebradas e lembradas

3 Gira é o nome dado aos cultos religiosos umbandistas

por aquilo que representavam. Nesse sentido, a ancestralidade seria aquela que se mantém viva através da memória, devido ao axé que carrega (PINTO, 2019).

É a partir dessa lógica que Castiel Vitorino Brasileiro (2020) escreve acerca dos rituais das Umbandas. Para ela, se compreendermos a alma como memória e que nos rituais umbandistas há a prática do culto às almas, pode-se afirmar que nos terreiros de Umbandas há o culto à memória. Porém, não seria qualquer memória, mas sim daquelas que conseguiram transfigurar. Ela ainda destaca que esses rituais reverenciam aquelas que viveram a colonialidade. Isso pode ser observado nas giras especificamente de Malandras e Pomba-giras, nas quais essas entidades são deslocadas do lugar de marginalizadas e se tornam entidades prestigiadas, tendo algumas até como chefes do terreiro.

Ao cultuar essas entidades/memórias, os rituais umbandistas demarcam o processo de colonização exercido em terras brasileiras. Através da incorporação e dos pontos, é apontada a política de morte, racismo, etnocídio e outros modos de violência exercidos contra corpos femininos, pobres e racializados

Diante dessa reflexão, conseguimos perceber a importância de considerar o processo de colonização ocorrido no país para compreendermos de que lugar partem os rituais umbandistas. A escravização de povos indígenas e negros os obrigou a se organizar a fim de encontrar formas de culto que englobassem tanto os valores e culturas dos povos nativos quanto dos povos sequestrados de outras nações do continente africano. Essa união de grupos marginalizados possibilitou a continuidade de algumas características culturais religiosas, além de servir como uma forma de transmissão geracional dos conhecimentos da cultura de seus ancestrais. Mais do que um espaço sagrado, o terreiro se torna uma fonte de conhecimento acerca de culturas e formas de se relacionar como mundo e a natureza (David, 2021).

Não é por acaso que as almas/memórias na Umbanda são de pessoas negras, indígenas, ciganas, prostitutas, feiticeiras, cangaceiras, baianas, entre outras. As giras que ocorrem nos terreiros sempre evocam memórias de alguma dessas identidades. Para isso, são utilizadas várias ritualísticas, como os pontos que são cantados antes e durante as incorporações. Esse é um mecanismo que liga o mundo espiritual ao material, evocando, através das cantigas aquelas que desejam incorporar ou lembrar.

Nesse sentido, buscamos nos aproximar dos pontos cantados para as Pomba-Giras e Malandras com o intuito de observar o que representam e evocam durante os rituais. Essas entidades são as mais vistas de forma pejorativa por quem não é da religião. São vistas dessa forma por performarem sua sexualidade de maneira livre, utilizarem de bebidas e cigarros e atravessarem alguns “cercos invisíveis”, que o sistema inerente à dominação masculina ajuda a construir (BOURDIEU, 2021). Também são estigmatizadas por conter elementos nas vestimentas e nos cantos que se assemelham àquilo que os cristãos classificam como algo do Diabo. Tal percepção também está alicerçada no racismo religioso, compreendido como a ação de discriminar, criminalizar, perseguir, marginalizar e

violentar as CTTs (OLIVEIRA, 2017).

Cabe destacar, sobre as Pombas-Giras e Malandras, que ao observar como se comportam nos rituais e em suas falas, há que se ter o cuidado para não classificar seus comportamentos como masculinos ou femininos. Não podemos contribuir para a manutenção de discursos de que ser mulher é representar um cuidado maior com a beleza, com a sensualidade e a vestimenta, entre outros. Ou, ser homem significa ser mais direto na fala, ter autorização para beber, fumar, transar, etc. (BUTLER, 2003). Essas perspectivas cotidianas fazem parte da perspectiva do *habitus* que naturalizam e legitimam a dominação masculina (BOURDIEU, 2021), objetificando as mulhereridades. Segundo Butler (2003) as performances de gênero podem tanto reforçar essa dominação quanto desafiá-la.

Quando nos aproximamos daquilo que as Pombas-Giras e Malandras representam, podemos perceber que não são frágeis, passíveis e sem sexualidade. Suas histórias nos permitem acessar simbologias de outros tipos de mulheridades, principalmente daquelas que historicamente foi negado o direito de ser considerada humana. Nos terreiros de Umbandas são colocadas como símbolo de um culto, de uma espiritualidade (PEREIRA, 2012). Essas entidades se aproximam da nossa condição de humanidade, colocando-se como mulheres da rua, do lixo, da realeza, da noite, das esquinas, da morte e da vida, como podemos perceber no ponto abaixo.

[...]sete saias te deseja
Do fundo do coração
Sexo , fogo e sacanagem
No seu relacionamento
Pois tem muita gente viva
Mas porém não tá vivendo[...]
[...]eu sou rainha
Eu sou rainha.
Porém nunca fui anjinha
Eu falo tudo que eu quiser.
Sou pombagira
Sou mulher[...]
Para aqueles que tem fé... (BIS)
(POMBAGIRA, 2021)

As Pombas-Giras e Malandras irão contrapor essas ideias ao apresentar essa mulher que bebe, fuma, conhece sobre ervas e poções, que cuida das questões do amor, é direta, independente, cuida da beleza e das vestimentas e têm vários maridos. Seus comportamentos não podem ser enquadrados num modelo pré-determinado. Não há uma única forma de se constituir como mulher e essas entidades demarcam isso. Segundo Brah (2006), somos sujeitos em processo, construídos por meio do discurso, e reduzir a identidade a algo fixo é cair na armadilha do essencialismo. Esta autora destaca que a diferença nem sempre deve representar um indicador de hierarquia e opressão. Portanto, propôs em seus trabalhos a diferença como categoria analítica, dando ênfase a contingência, onde a constante mudança também pode oportunizar a diferença como indicador de diversidade e modos democráticos de agência política. Há casos que demandam a proclamação de uma identidade coletiva, como um processo político. Nesse sentido, mesmo que a Brah (2006)

tenha se posicionado de modo contrário ao essencialismo, ela pontua que a questão não é um desafio simples e o essencialismo deve ser constantemente questionado, tendo em vista que:

> [...] grupos dominados muitas vezes apelarão para ***laços de experiência cultural comum*** a fim de mobilizar seu público. Ao fazê-lo, podem afirmar uma diferença aparentemente essencial. Spivak e Fuss argumentaram a favor de tal "essencialismo estratégico". Sugerem que o "risco" do essencialismo pode ser assumido se for enquadrado do ponto de vista das posições de sujeito dominado (BRAH, 2006, p.375, grifos nossos).

Por tudo isso aqui já explicitado, buscamos outras referências de produção sobre gênero/sexualidade no Brasil. Estamos caminhando para encontrar discursos propagados acerca das vivências das mulheridades e sua representação. Dando destaque para locais marginalizados, constituídos principalmente por corpos que ao decorrer da história vieram sendo negligenciado pelos debates acadêmicos. Queremos explorar produções elaboradas e reproduzidas nos terreiros de Umbandas, nos quais podemos refletir e aprender acerca das vivências de diversas mulheridades ali cultuadas.

DOR E DESAMOR: ANÁLISE DISCURSIVA NOS PONTOS DE POMBA-GIRAS E MALANDRAS NAS UMBANDAS

Nesta pesquisa selecionamos pontos de Umbandas cantados para Malandras e Pomba-gira, os quais possuem conteúdos relacionados a violência de gênero vividas por essas entidades. Para perseguir o objetivo deste trabalho, utilizamos a análise de discurso como técnica metodológica, pois ela é permite compreender o conteúdo crítico social e cultural dos pontos a serem analisados. Além disso, revela as estruturas de poder presentes na construção histórica e social de significados, sentidos e relações de dominação (CHIZZOTTI, 2008) quando aliada aos estudos sobre gênero.

Nesse sentido, a categoria gênero legitima e constrói as dinâmicas sociais e as relações de poder, constituindo uma categoria importante para compreendê-las e articulá-las, conforme proposta por Scott (1989):

> Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21).

As relações de gênero são constituídas de aspectos como: os símbolos culturais, como Eva/Maria; os conceitos normativos, enunciados que colaboram para o sistema de interpretação dos símbolos, por meio de doutrinas como as religiosas, educativas, científicas e jurídicas; o enfrentamento do binarismo, feminino/masculino, em uma perspectiva política articulada às instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva (SCOTT, 1989).

Esses aspectos e as expectativas de gênero inerentes a essa estrutura são parte das interações sociais e fundamentam as relações de poder. A forma como as pessoas entendem e interpretam as diferenças sexuais influencia as suas interações; e essas percepções não são fixas, variando historicamente (SCOTT, 1989).

É a partir dessa discussão que caminhamos para dialogar como essas relações de poder promovem a violência de gênero e de que forma isso vem sendo abordado em alguns pontos cantados para as Pomba-Giras e Malandras. Destacaremos o papel do machismo nas trajetórias dessas entidades e colocaremos em evidência a violência que seus corpos sofreram devido a esse fator. Como exemplo, apresentamos o ponto que segue abaixo, no qual é possível observar esses aspectos se materializando.

Eu não vivo com homem,
porque já fui traída,
Além de passar fome,
eu apanhava todo dia.
Quando chegava em casa,
eu tinha meu maior desgosto,
Ele passava uma navalha na maçã do meu rosto.
Uma blusa velha era mulambo pra eu vestir,
Quando pedia água, vinagre dava pra eu dormir
Não tenho medo da morte aquele homem eu matei,
Com a navalha que ele usava
a garganta dele eu cortei
O meu nome de batismo
hoje ninguém me chama,
Mas foi Maria Navalha o nome que me deu fama.[7]

Esse ponto retrata alguns tipos de violência de gênero, desde a simbólica até a física, cometida por parceiros íntimos. Segundo Bandeira (2014), às relações interpessoais que se desenvolvem no âmbito privado, como as amorosas, revelam que violências físicas e sexuais são fundamentadas por violências simbólicas que servem de estrutura de legitimação para vários tipos de violência. Lógicas religiosas, como a católica sobre o sacramento do casamento, afirmando que aquilo que "o que Deus uniu, o homem não separa" e que "a mulher é a guardiã do lar", fazem parte dessas estruturas simbólicas e normativas que subjugam as mulheridades (Scott, 1989) e as expõem ainda mais a diversos tipos de violência, na maioria das vezes desferidas por seus maridos, companheiros ou ex-companheiros. Nesse sentido, Bandeira (2024) destaca que:

> Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Essas dinâmicas estão refletidas nos dados empíricos, coletados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e pelo Ministério da Saúde (MS), que

mostram que 62,5% dos casos de violência contra a mulher ocorrem dentro de casa, conforme ilustrado pelos dados da tabela 1.

Grupo de Violência	nº	%
Doméstica	144.285	65,2%
Comunitária	46.131	20,9%
Misto	28.044	12,7%
Institucional	2.780	1,3%
Total	**221.240**	**100%**

Tabela 1 – Brasil: número e percentual de mulheres vítimas de violência por grupo de violência (2022-2024)

Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: Microdados do Sinan referentes a 2022 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2024.

O ponto da Maria Navalha, que ilustra as violências sofridas pela entidade em seu relacionamento amoroso, é um exemplo concreto das violências de gênero discutidas anteriormente. Ele se alinha com a análise da manutenção da lógica familista e os fatores que frequentemente desencadeiam a violência doméstica. Assim, ao compararmos os tipos de violência relatados no ponto com os dados apresentados no gráfico 1, observamos uma correspondência significativa entre as experiências descritas e as estatísticas atuais sobre a violência contra mulheres brasileiras.

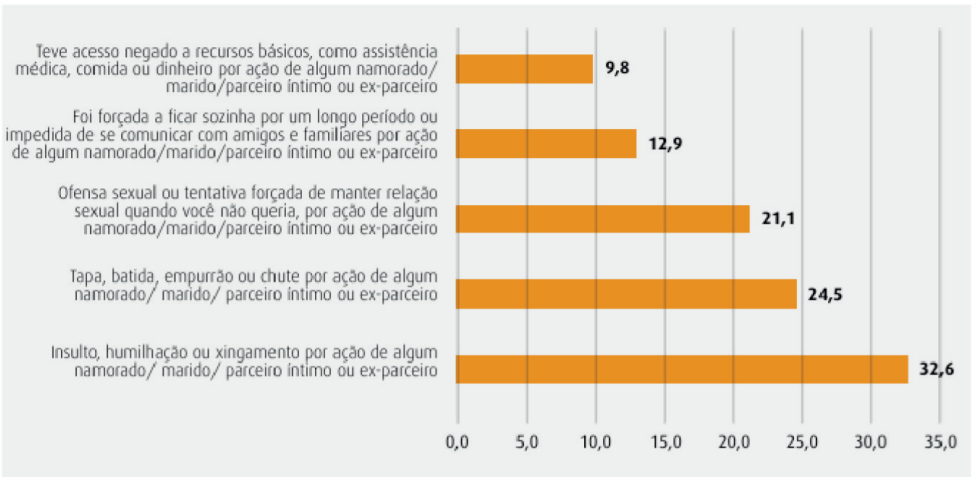

Gráfico 1 – Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Trechos do ponto da entidade Maria Navalha, como “além de passar fome” e “uma blusa velha era mulambo pra eu vestir”, refletem o tipo de violência descrito no gráfico 1, que indica o acesso negado a recursos básicos. Assim como outros trechos indicam outras

categorias relacionadas à violência física.

Portanto, este ponto exemplifica a discussão levantada nos terreiros sobre as violências que ocorrem contra as mulheridades. As cantigas têm o poder de provocar reflexões profundas durante as giras, rompendo com o silêncio habitual sobre as agressões físicas sofridas por esses corpos, contrariando normas sociais estabelecidas. Ao entoar esses pontos, cria-se um espaço seguro para acolhimento e debate, possibilitando a elaboração de estratégias concretas, para o enfrentamento e superação dessas violências.

Outro aspecto importante destacado no ponto é a mudança de nome da entidade, que simboliza a sua defesa contra um homem violento e a fama que ela adquiriu por esse ato. Essa prática ilustra uma dinâmica comum na violência contra as mulheridades: quando reagem às agressões que sofrem, acabam marcadas socialmente por seus atos, enquanto os homens que as violentam não sofrem o mesmo nível de estigmatização. Esse contraste é evidenciado em outra cantiga, dedicada a Maria Padilha, que também reflete as discrepâncias na forma como a violência de gênero é percebida e tratada na sociedade.

Maria Padilha por que mataste o rapaz?
A gente mata vai presa,
Você mata e não vai
(MARIA, 2017).

O ponto apresentado também suscita reflexões sobre o papel das mulheres como sujeitas ativas e passivas em contextos criminais. Historicamente, o Código Penal brasileiro refletiu um controle sobre a sexualidade feminina por meio de disposições legais que regulavam comportamentos sociais, frequentemente enquadrando as mulheres apenas como vítimas, sob a condição de serem consideradas honestas.

Adicionalmente, como mencionado na cantiga, em casos de crimes contra a vida e a integridade física, existia na jurisprudência a aceitação da aplicação da tese de legítima defesa da honra, que muitas vezes absolveu homens acusados de violência contra mulheres rotuladas como adúlteras ou moralmente desonradas. Esse contexto legal e social demonstra como as normas e a justiça eram (e muitas vezes ainda são) aplicadas de maneira desigual, reforçando a opressão das mulheres e suas identidades complexas em contextos de violência.

A revogação da tese de legítima defesa da honra ocorreu após muitos anos de intensa luta pelos movimentos feministas, que buscaram a igualdade de gênero, o reconhecimento do direito à dignidade da pessoa humana e a necessidade de não estimular a violência contra as mulheres. Além disso, a luta também foi crucial para a incorporação do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio no ordenamento jurídico brasileiro, através da Lei nº 13.104, de 2015. Essa lei define feminicídio como o assassinato de uma mulher por razões de sua condição de sexo feminino, incluindo casos

de violência doméstica e familiar, bem como menosprezo ou discriminação em relação à condição de mulher (Brasil, 2015).

Esse processo histórico é especialmente relevante considerando que, nos terreiros de Umbandas, essas questões são debatidas durante os rituais, exercendo uma influência significativa sobre as mulheridades que frequentam esses espaços. Assim, a presença desses temas nos pontos vai ao encontro das filosofias de algumas Umbandas, pois suas perspectivas estão alicerçadas na valorização das mulheres.

É comum que as lideranças de terreiros sejam femininas, possibilitando outras formas de organização dentro das suas comunidades. Ao ocuparem esse lugar de destaque e poder nos terreiros, conseguem criar dinâmicas que rompem com o patriarcado[4]. Dessa forma, elas se diferenciam das diversas perspectivas cristãs acerca da submissão das mulheres, a qual foi imposta durante a colonização. Elas rompem com a lógica de que deve haver um lugar específico que esses corpos devem ocupar, e, em muitos casos, marginalizados. Talvez esse seja um dos motivos para haver tantos pontos que abarcam o debate sobre as violências contra as mulheres.

Além do debate acerca de agressões físicas, outros modos de violência contra essas indivíduas são destacados. O abuso sexual e o estupro também são mencionados nos rituais umbandistas através dos pontos. Em algumas giras para invocar Maria Navalha é cantado o seguinte:

Se tudo na vida fosse fácil
Eu seria a primeira a agradecer
Minha mãe me abandonou no mundo
Eu fiz minha vida para não morrer.
Apanhei, sofri, eu chorei,
Minha vida foi uma maldição,
De tanto vê meu sofrimento
O meu pai me estendeu a mão.
Achei que estava tudo bem
Acreditei em minha fé,
Pelo meu pai fui molestada
Ele me enxergava como uma mulher.
Fugi, com medo eu corri,
E tão longe eu fui acolhida,
Um padre tão misterioso
Me fez rainha e mudou minha vida.
Voltei atrás de meu pai
Pra vingar o que ele fez comigo
E nele dei sete facadas
Fui pra encruzilhada
Bebendo e rindo (PONTO, 2019).

Nesse sentido, Finkelhor (1980) afirma que vitimização sexual e sua ameaça são frequentes tendo em vista a supremacia masculina, funcionando também como uma forma de controle sobre as mulheridades. Esse controle é utilizado como castigo, subordinando-as socialmente e mantendo-as intimidadas desde a infância.

Ao abordar essas questões, o ponto tangenciou aspectos que são silenciados em

4 De acordo com Paterman(1993), o patriarcado é um poder político, exercido pelos homens sob as mulheres. Estabelecido desde o nascimento, por meio de um contrato social, que se torna sexual, e permite aos homens explorar, dominar e oprimir os corpos das mulheres.

nossa sociedade. O silêncio sobre esses modos de violência contra as mulheridades é comum, e frequentemente não é debatido de forma concisa e coesa, apesar de ocorrer com constância. Essa dinâmica acaba favorecendo e estabelecendo a naturalização dessas violências. Também ocorre, em diversos casos, a culpabilização das vítimas pelo abuso que sofreram, levando-as a serem revitimizadas,

Outro aspecto importante do ponto é a ação de destacar quem a violentou. Ao demarcar e lembrar quem foi seu abusador, a cantiga dialoga com o fato de que grande parte dos abusos sexuais é praticada por membros da família ou pessoas próximas.

> As mulheres, quando alvo de agressões, são por parte de homens (parentes ou afins) que integram o seu grupo doméstico/ familiar: maridos, ex-companheiros, pais e padrastos e namorados. As estatísticas de vitimização feminina são contundentes no sentido de assinalar de que modo a estrutura da conjugalidade em particular, e a da família em geral, no que implicam uma ordenação de gênero, abriga uma virtualidade de violência (simbólica ou física) (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 23).

Nesse sentido, Saffioti (1995) afirma que as fronteiras do poder masculino sobre os corpos femininos são estabelecidas não por elas, mas por outros homens que forçam tanto a estranha, quanto as filhas e a esposa a realizarem seus desejos sexuais.

Outro tipo de violência invocada nos rituais é a que se dirige contra as macumbeiras. Devido ao processo inquisitório promovido pela Igreja Católica no Brasil, diversas delas foram torturadas e assassinadas. Suas religiosidades eram consideradas diabólicas pelo racismo religioso instaurado durante a colonização e propagado pelo Estado, pela Igreja Católica e pelos portugueses (SOUZA, 2002). Todo esse processo é lembrado nos rituais umbandistas, evidenciando as violências cometidas em nome de um Deus cristão, alicerçadas no racismo religioso. O ponto a seguir evidencia essas mulheridades que foram violentadas por manterem vivas suas tradições religiosas:

Foi condenada pela lei da Inquisição,
Para ser queimada viva sexta-feira da paixão.
O padre rezava e o povo acompanhava,
Quanto mais o fogo ardia ela dava gargalhada (PONTOS, 2015).

Além disso, podemos destacar a influência das relações interseccionais no contexto do ponto ora analisado, tendo em vista que pode se tratar de mulheres negras, pobres e macumbeiras. Nessa realidade, a interseccionalidade impacta a figura retratada, pois as categorias de gênero, raça e classe (incluindo o aspecto religioso) resultam em camadas de complexidade na compreensão das desigualdades sociais, especificamente quanto à violência de gênero (COLLINS; BILGE, 2021). A questão racial, por exemplo, está associada ao colonialismo, constituindo uma teia de significados e relações de poder que legitimaram a subalternização e coisificação das pessoas escravizadas (ILDEFONSO E ALMEIDA, 2019):

> Sendo assim o conceito social de raça torna-se uma cadeia de subordinação do ponto em que a ideia eurocêntrica determinou a partir de teorias racistas do século XIX a supremacia branca sobre as demais etnias, cores, raças e culturas [..] (ILDEFONSO; ALMEIDA, 2019, p. 2).

Cadeias de subordinação como essa não desaparecem do dia para a noite, ainda se perpetuando na colonialidade/modernidade. Diante disso, trabalhos como o de Bento (2022), sobre a perspectiva do gênero como categoria de análise proposta por Scott (1989), a partir da perspectiva das mulheres escravizadas, trazem discussões interessantes que podem servir como pontos de reflexão para pensar as questões de gênero enfrentadas pelas mulheridades negras.

Podemos notar, a partir dessas análises, que a violência de gênero atravessa os discursos propagados nos rituais umbandistas, produzindo conhecimentos não acadêmicos acerca dessa temática. Debates que ocorrem no âmbito religioso e durante os rituais servem como referência para as diversas pessoas que ali se encontram. Ao escutar tais pontos, essas indivíduas podem evocar reflexões críticas acerca do seu lugar na sociedade e também sobre questões que permeiam suas vivências. É um local que pode ser seguro para denunciar as violências que sofrem.

No caso das masculinidades, é um espaço para repensar as atitudes machistas e violentas que praticam, se colocando como sujeitos ativos no combate ao feminicídio e a toda forma de violência. Trata-se de um movimento que promove o rompimento com o silenciamento das diversas formas de violência que ocorrem contra as mulheridades, dando protagonismo e representatividade às vítimas.

Assim, podemos conceber esses pontos como uma convocação para romper com a lógica patriarcal branca eurocêntrica que fundamenta a modernidade/colonialidade. Eles nos responsabilizam e nos lembram das ações que perpetuamos para compactuar com esse sistema de opressão. Trata-se de um convite para refletir sobre os modos como nos relacionamos com as mulheres ao nosso redor, especialmente com as marginalizadas e racializadas. A partir disso, buscamos perceber e romper com atitudes racistas, classistas e machistas que perpetuamos na sociedade.

"... VAI TER QUE DEIXAR TUDO PARA A MULHER"

Ao longo desta pesquisa, adotamos uma abordagem crítica dos discursos presentes nos pontos de Umbandas, especificamente aqueles dedicados às Malandras e Pomba-Giras, com o objetivo de expor as violências de gênero narradas nessas cantigas. Inicialmente, observamos como essas entidades rompem com a percepção dominante sobre o papel das mulheres na sociedade, apresentando-as como figuras de liberdade sexual e moral. Além disso, identificamos que, apesar das violências físicas, psicológicas e das privações de necessidades básicas sofridas por essas entidades, os pontos também sugerem formas de superar o sofrimento causado pelos agressores.

Além disso, revelamos a insatisfação com normas, anteriormente presentes em nosso ordenamento jurídico, que favoreciam discursos masculinos, como a excludente de ilicitude em crimes contra a vida das mulheres. No que diz respeito às violências sexuais, destacou-se a ocorrência de abusos no seio familiar, evidenciando a subordinação das mulheres e o uso da violência para satisfazer os desejos dos homens. Outro aspecto relevante é o racismo religioso enfrentado pelas mulheres, destacando a interseccionalidade na configuração da violência de gênero.

Dessa forma, fica evidente que essas produções tangenciam o debate sobre a violência de gênero, originadas em contextos frequentemente marginalizados, violentados e considerados como não produtores de conhecimento sobre o tema. Elas rompem paradigmas, estereótipos e normas sociais estabelecidas em relação aos papéis das mulheres, abrindo caminhos para o empoderamento daquelas que se reconhecem nesses pontos cantados.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Sociedade e Estado** 29 (2), 2014. p. 449-469.

BENTO, Berenice; Gênero: uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada,** v.16, n.1, 2022. p. 15-50.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2021. p. 17-92.

BRAH, Avta. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu,** 26, 2006, p. 329-376.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm, acesso no dia 19/06/2024.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. Quando incorporei pai amor. In.: MARGINALIA, slam**. Revidar.** n. 1, 2020. p 44-55. Disponível em: https://issuu.com/sesc24demaio/docs/revidar_slammarginalia,acesso no dia 12/06/2024.

BUENO, Samira *et al*. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf,acesso no dia 10/06/2024.

BUTLER, Judith. Sujeito do sexo/gênero/desejo. In.: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: **feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-60.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1650-atlasviolencia2024.pdf, acesso no dia 10/06/2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DAVID Umbanda. Sincretismos nos terreiros. São Paulo: David Umbanda, 2021. 1 vídeo (16 min). Disponível em:https://youtu.be/AMSyIQl6ndU. Acesso em: 11 jul. 2023

FINKELHOR, David. **Abuso sexual al menor**. Editorial Pax México, 1980.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Violência contra mulheres: o significado dos serviços de atendimento. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1999. p. 15-37.

ILDEFONSO, Pauline; ALMEIDA, Erica Vieira de. **Interseccionalidade: um desafio na construção das políticas públicas**. In: Encontro internacional de Política Social, 7, Encontro nacional de Política Social, 14, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: [s.n.], 2019. v. 1, n. 1, p. 1-15.

JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. Teoria social feminista. In: JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang (org.). **Teoria social: vinte lições introdutórias.** Traduzido por Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 463-493.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas, Florianópolis**, *22*(3), 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577,acesso no dia 19/04/2024.

MARIA Navalha. Malandro se na minha cara der. [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (54s). Publicado pelo canal Encantos de Oyá Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0vz-Gpq15PQ, acesso no dia 25/05/2024.

MARIA Padilha “Porque mataste o rapaz” subtitulado y con letra. [*S. l.: s. n.*], 2017. 1 vídeo (3min5s). Publicado pelo canal Thiago de Oxala. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3as71oyk93M, acesso em: 22/05/2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Ariadne. Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) -Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Revista de Sociologia da UFSCar**, *2*(2). 2012. p. 371-394. Disponível em: http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88/53, acesso no dia 25/05/2024.

PINTO, Flavia. Umbanda Religião Brasileira: guia para leigos. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

POMBAGIRA. Pra você/sexo e fogo/Ponto 7 saias/a verdade Dói. [*S. l.: s. n.*], 2021. 1 vídeo (3min19s). Publicado pelo canal Ogan Helder HDA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KUYqE8G5DYs, acesso no dia 16/06/2024.

PONTO de Maria Navalha. Por meu nome de batismo. [*S. l.: s. n.*], 2015. 1 vídeo (1min38s). Publicado pelo canal Fanhy Omio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k0lPtxTU9_8 . Acesso no dia 20/05/2024.

PONTO de Pomba Gira. Se tudo fosse fácil nessa vida. [*S. l.: s. n.*], 2019. 1 vídeo (1min19s). Publicado pelo canal Encantos de Oyá. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kda76sb_Jog, acesso em: 25/05/2024.

PONTO de Pombo Gira. **Foi condenada pela lei da inquisição**. [*S. l.: s. n.*], 2015. 1 vídeo (1min37s). Publicado pelo canal Ponto de Umbanda. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PDCkd4QSYuM. Acesso em: 14/09/2024

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Circuito fechado: abuso sexual incestuoso. **CLADEM. Mulheres: vigiadas e castigadas. São Paulo: CLADEM**, 1995. p. 271-353.

SIMAS, Luis. Umbanda uma história do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Originalmente publicado em: **Gender and the politics of history.** New York, Columbia University Press. 1989.

SOUZA, Laura. Revisitando o calundu. In: GORENSTEIN, L; CARNEIRO E TUCCI, M. L (orgs). **Ensaios sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo.** São Paulo: Humanitas, 2002.